

O BISPO E A DITADURA: DOM JORGE MARCOS, BISPO DE SANTO ANDRÉ

Felipe Cosme Damião Sobrinho¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar as relações entre catolicismo e sociedade na região do ABC Paulista na época da Ditadura Militar no período do ministério episcopal de Dom Jorge Marcos de Oliveira (1915-1989), que foi bispo da região entre 1954-1975. Sendo responsável pela implantação da Diocese na região, trabalhou com o movimento operário, promovendo um novo modelo de autoridade eclesiástica nas relações com as elites e os problemas sociais de sua época.

Palavras-chaves: Catolicismo, Dom Jorge Marcos, Sociedade, Ditadura Militar.

Abstract

This article aims to analyze the relationship between Catholicism and society in the ABC Paulista region at the time of the Military Dictatorship during the episcopal ministry of Bishop Jorge Marcos de Oliveira (1915-1989), who was bishop of the region between 1954-1975. Being responsible for the implantation of the Diocese in the region, he worked with the labor movement, promoting a new model of ecclesiastical authority in relations with the elites and the social problems of his time.

Keywords: Catholicism, Bishop Jorge Marcos, Society, Military Dictatorship.

¹ Professor Auxiliar de Ensino da Faculdade de Teologia da PUC-SP. Doutorando em Teologia no Programa de Pós-graduação em Teologia da PUC-SP. Membro do Grupo de Pesquisa Religião e Política no Brasil Contemporâneo, registrado no CNPQ. E-mail: philippecosme@hotmail.com

Uma diocese que nasce no mundo operário

O movimento operário na região do ABC Paulista é o grande responsável pelo desenvolvimento regional. Por estar situado entre a baixada santista e a capital do Estado, principalmente a partir do início do século XX um território industrial, que fez que o então município de São Bernardo, criado em 1890, fosse ganhando notoriedade com as indústrias de móveis, cerâmica, têxtil, porcelana e metalurgia. Com a chegada da indústria automobilística, principalmente da General Motors e da Mercedes Benz, as migrações internas fazem com que três cidades se emancipem: Santo André (1944), São Bernardo do Campo (1944) e São Caetano do Sul (1948). Com o aumento populacional, a sociedade local e a Arquidiocese de São Paulo começam a trabalhar pela organização de um bispado local.

A organização eclesiástica da Igreja Católica no Brasil ganha novo impulso a partir da proclamação da República e a separação entre Igreja e Estado em 1890. Embora o episcopado da época visse com desconfiança a proclamação do estado laico, a influência da cristandade na mentalidade, na cultura e nas instituições do país contribuem para que a Igreja Católica permaneça como uma das protagonistas para a organização social do Brasil. Tendo no processo de nomeações episcopais membros das elites local, o aumento das circunscrições eclesiásticas seguem, em sua maioria a mesma lógica. (SOUZA, 2002, p. 683-694).

No caso das dioceses no Estado de São Paulo, a partir de 1908 vimos nascer novos bispados nas cidades que se desenvolviam, num primeiro momento, pela economia cafeeira e, posteriormente, pela industrialização. Esse segundo caso é o que fundamenta a criação da Diocese de Santo André em 22 de julho de 1954 pelo Papa Pio XII através da bula *Archidiocesis Sancti Pauli*. O então ABC, tornando-se um polo industrial, sentia a necessidade de uma presença institucional da Igreja Católica além do governo eclesiástico estabelecido na capital. O projeto da criação pró bispado nasce em 1950 com o apoio dos governantes locais e do pároco da futura catedral, Monsenhor José Bibiano de Abreu.

Os fiéis católicos, residentes nos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, representados pela Comissão abaixo abaixo-assinada vem respeitosamente à presença de V. Excia. Revma. afim de solicitar-vos encaminhar e fazer chegar ao Santo Padre os seus desejos de criação do Bispado de Santo André, sufragâneo da Arquidiocese de São Paulo.

A criação desse Bispado torna-se necessária tendo-se em vista que os Municípios acima e integrantes do ABC contam atualmente com uma população de cerca de 300.000 habitantes, 15 paróquias creadas e outras tantas em perspectiva de criação, e possuem mais de 1000 fábricas que ocupam cerca de 70.000 operários. (ACSA, 1953, fl.1).

A efetivação da presença de um bispo na região tinha como objetivos uma influência maior da Igreja Católica na vida social, uma vez que o número de paróquias era insuficiente para o atendimento dos fiéis, e a presença no meio do movimento operário, dado o forte discurso anticomunista da época da Guerra Fria por parte da instituição eclesiástica.

A realidade eclesial do ABC Paulista anterior à instalação da diocese era de uma pastoral de conservação marcada pela romanização do papado de Pio XII. Diante das consequências das guerras mundiais, o pontífice romano compreendeu a Igreja Católica como a salvadora dos princípios morais que reconstruiria a sociedade. Empreendeu, de acordo com a realidade da época, a imagem da instituição pela imprensa, rádio e cinema. No campo doutrinal, promulgou o dogma da Assunção da Virgem Maria em 1950, canonizou vários santos e centrou a reflexão teológica com o rigor da Congregação do Santo Ofício. Toda essa ideologia de cristandade dependente era vivida pelas comunidades católicas no mundo com maior ou menor intensidade. Dada que a presença da hierarquia no pequeno ABC da época era de padres majoritariamente italianos, o peso da romanização estava nas paróquias em formação. A Doutrina Social da Igreja, pouco difundida e a Ação Católica, principalmente a Juventude Operária, estava presente nas estruturas, mas era pouco incentivada. Logo, a distância entre catolicismo e mundo operário era real e desafiadora para a instituição eclesiástica.

Sendo parte do território da Arquidiocese de São Paulo, naquela época conduzida pelo Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, incentivador da aproximação com a realidade operária, as paróquias andreenses eram acompanhadas pelo bispo auxiliar Dom Paulo Rolim Loureiro. Havia também a Casa de Retiros da Juventude Operária Católica (JOC), sediada em Mauá, onde os jovens operários participantes da Ação Católica faziam retiros e formações. Mas a presença destes no ambiente

fabril era restrita e distante dos movimentos sindicais. Embora houvesse empenho, a desconfiança do movimento social e a falta de um conhecimento mais profundo das fontes teológicas para um trabalho mais assertivo comprometia a pastoral.

Com a chegada de Dom Jorge Marcos, a realidade da Igreja Católica na região passa por grandes transformações. Ele, pessoalmente, dedica-se a um diálogo fecundo com o movimento operário. Sua preocupação é fomentar um humanismo cristão, realizando a articulação entre capital e trabalho. Com base nas encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, o bispo assume a missão de formar um operariado católico consciente da sua fé e do seu compromisso com a transformação da sociedade. Transformou o núcleo da Ação Católica em Federação Diocesana, insistindo na implantação da JOC em todas as paróquias, mesmo sofrendo com a resistências da maioria dos párocos.

O bispo passa a participar ativamente da vida da sociedade local, atraindo os olhares das autoridades civis para a ação da Igreja Católica no apoio às greves e reivindicações da população. Realizando as visitas pastorais, deixa registrado não somente os aspectos da vida religiosa da paróquia visitada, mas a realidade social do bairro, a vida das famílias e a necessidade de uma participação de todos para o desenvolvimento das cidades.

Meses após seu início de ministério episcopal, Dom Jorge passa a participar solidariamente nas greves nas indústrias de Santo André, lutando

pelo direito de greve e defendendo uma “greve cristã”, onde a mensagem do Evangelho seja mais atraente do que a mensagem dos comunistas. Sobre as eleições gerais daquele mesmo ano, o bispo envia uma mensagem aos diocesanos falando da necessidade do voto católico e consciente. A questão social passa a ter relevância na vida da comunidade católica, possibilitando que a diocese em formação se desenvolva com uma pastoral mais inserida na realidade urbana.

Nos primeiros anos da igreja diocesana do ABC, o crescimento da indústria automobilística faz com que a população aumente significativamente e novas cidades surjam. Em consequência desse movimento, o processo de criação de novas paróquias aumenta significativamente a presença do catolicismo nos bairros mais distantes e naqueles que foram se formando. A Igreja Católica aproxima-se das periferias, os padres devem possuir uma proximidade dos fiéis que vivem no território paroquial a ele confiado. Nos 21 anos de serviço de Dom Jorge como bispo diocesano, 58 paróquias foram criadas mostrando a expansão do catolicismo numa região que a Igreja estava presente somente nas regiões centrais.

Assumindo as periferias, a Igreja de Santo André funda em 1956 a Associação Lar Menino Jesus. A primeira obra social diocesana surge no contexto do abandono e suicídio de menores. A pedido do juiz de menores de Santo André para acolher oito meninas que estavam abandonadas nas ruas da cidade, em 18 de fevereiro funda a entidade que chegou a ter cinco casas ao longo da sua história de 66 anos. Essa obra contribuiu no início da

diocese a gerar na consciência do presbitério que aos poucos se formava e dos membros das comunidades a importância da fé com compromisso social. Dom Jorge foi um defensor dos direitos da criança, adolescente e mãe solteira, influenciando nas políticas de promoção social nas cidades do território diocesano.

A pastoral do chamado “bispo vermelho” criou uma consciência da igreja popular antes da renovação estabelecida pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), maior evento do catolicismo no mundo contemporâneo, que firmou o processo do diálogo da Igreja com a sociedade. Mesmo sofrendo com os ataques dos nichos conservadores da Igreja de sua época, inclusive de “irmãos bispos”, Dom Jorge Marcos não teve medo de exercer sua autoridade carismática em vista de uma igreja mais humana e atenta às mudanças da realidade histórica e cultural.

A diocese de Santo André tem suas raízes na personalidade e liderança de seu primeiro bispo, cuja biografia não somente ajuda a compreender sua liderança histórica num mundo em mudanças profundas, mas também nas novas concepções teológicas que ressignificam a concepção da Igreja na História.

Dom Jorge Marcos: poeta e profeta em tempos difíceis

Nascido em 10 de novembro de 1915 no Rio de Janeiro, Jorge Marcos de Oliveira, filho de Angelina Ruffo e Carlos José de Oliveira, ingressou no Seminário São José da Arquidiocese do Rio de Janeiro em 1928, sediado numa fazenda no Rio Comprido. Nos registros dele sobre essa época da

formação, percebe-se o seu amor pela natureza e seu olhar contemplativo da realidade.

Com a reorganização dos seminários do Brasil para uma formação mais condizentes com as diretrizes romanas da época, foi enviado para tomar parte da primeira turma do Seminário Central do Ipiranga (São Paulo), realizando seus estudos filosóficos e teológicos entre 1934 e 1940. Dada sua facilidade à vida intelectual, é um ávido leitor dos pensadores de seu tempo, inclusive daqueles que não eram permitidos nos círculos católicos da época. Voltado às questões sociais, teve contato com estudiosos da área na filosofia e da sociologia. Possuía interesse pela psicologia e a antropologia numa visão mais integral da pessoa.

Vivi no Seminário Central sete anos. Os três de filosofia e os quatro de teologia. E me apaixonei pela Doutrina Social da Igreja. Comecei a estudar muito, conheci mais de perto Stuart Mill, Adam Smith, cheguei até ao encontro, assim literário, com os fisiocratas, no início da ideia da economia. Li um pouco de Marx, acompanhei um pouco a Revolução Russa e me formei mais naquela colocação da Igreja, tentando resolver o homem não como elemento que simplesmente produz porque precisa de um salário para se arranjar, mas de um homem que além de produzir e de precisar de um salário para levar a sua vida, era um homem que tinha direito a uma [remuneração], não a uma remuneração indigna, mais tinha o direito de prover a uma família que tivesse acesso a todas as exigências da dignidade humana, sobretudo como filho de Deus, colocando uma parte religiosa. (OLIVEIRA, 1984, p. 33).

Sobre a Doutrina Social da Igreja, Dom Jorge mesmo atesta que o Seminário do Ipiranga, que tinha como reitor Dom José Gaspar de Affonseca e Silva, embora procurasse dar uma formação primorosa aos

seminaristas, não tinha em seu quadro docente professores que refletissem as questões sociais e o magistério que se estabelecia a partir de Leão XIII e Pio XI.

O Seminário Central [do Ipiranga] foi um passo admirável na formação do clero brasileiro. Antigamente cada diocese tinha o seu seminário, no geral, seminários muito mal constituídos. Então [as dioceses do] Rio, São Paulo, Niterói, Campinas, Botucatu e algumas dioceses do Nordeste se reuniram e começaram com o movimento do Seminário Central do Ipiranga. O seminário central deu a oportunidade de se escolher os melhores professores da época, gente muito bem-preparada, com uma cultura teológica e filosófica mais ampla, cultura literária também mais ampla. Entretanto, um desconhecimento muito grande da doutrina social da Igreja. Mas a nossa formação foi muito boa. (OLIVEIRA, 1984, p. 05)

Ordenado padre em 08 de dezembro de 1940 pelo Cardeal Dom Sebastião Leme, assumiu no início de ministério o serviço de capelanias, o magistério no seminário arquidiocesano e a assistência à Ação Católica, nos setores masculino e feminino e no departamento nacional das vocações. É perceptível a influência do Cardeal Leme, promotor da Ação Católica no Brasil a pedido dos papas Pio XI e Pio XII, no ministério de Dom Jorge. Ele participa dos círculos dos intelectuais católicos do Centro Dom Vital, onde ganha uma visão mais abrangente da necessidade do diálogo entre a doutrina católica das novas correntes de pensamento e promoção de cultura que se estabeleciam com rapidez no século XX.

O Centro Dom Vital tentava mais uma colocação filosófica diante da realidade brasileira. Quer a realidade religiosa católica, quer a

realidade política, inclusive surgiu a Liga Eleitoral Católica, quer a realidade social e de mas, de uma maneira assim expressa, a ideia do confronto entre uma nova visão da filosofia escolástica diante da teologia. Sobretudo uma época muito interessante em que nós discutíamos se era possível a gente falar de filosofia cristã. Ou se era possível nós falarmos em socialismo cristão. Ou se era possível nós discutirmos o conceito sociologia cristã [...] Nós tínhamos a felicidade de ter no Rio [de Janeiro] o cardeal Dom Sebastião Leme. Em São Paulo, eu tinha sido aluno de Dom José Gaspar, um homem admirável, enfrentando na época, uma luta necessária, a luta contra o jogo, a luta contra a política despótica do Getúlio. As cartas de Dom José Gaspar contra o Getúlio. Eu estava, de 1940 a 1946, eu estava intimamente ligado a tudo isso. Em 1946 eu recebi a notícia do meu episcopado. Eu era muito moço, frequentava já as favelas do Rio, tinha uma revolta profunda contra toda aquela situação. (OLIVEIRA, 1984, p. 6).

Nomeado bispo por Pio XII em 1946, exerceu o ofício de bispo auxiliar do Rio de Janeiro por oito anos. Recebendo a sagração episcopal em 27 de outubro do mesmo ano, junto ao túmulo do Cardeal Leme, ampliou o alcance de sua atuação. Tornou-se representante do Cardeal Jaime de Barros Câmara nas repartições públicas e nas embaixadas, uma vez que a Capital Federal era o Rio de Janeiro, mas o que mais marcou o seu início de ministério de bispo foi sua presença nas favelas da cidade.

Essa presença de Dom Jorge nas favelas do Rio era uma realidade incomum à época. Além do ministério do bispo ser entendido como um serviço burocrático, naquele contexto a presença institucional da Igreja nas periferias era ínfima. Os morros não possuíam espaço naquele contexto de espaço urbano e não estava contemplado nas estruturas religiosas católicas. As igrejas antigas e as sedes paroquiais se encontravam nos centros, bairros

e projetados nos novos loteamentos. Porém, as favelas não eram contabilizadas. O bispo, ao longo da vida fala da realidade sofrida da população e da grande experiência que ele adquire estando nas realidades esquecidas da cidade badalada.

Em seus textos, discursos e poemas, o jovem bispo apresenta uma visão nova da responsabilidade de um prelado. Trata sobre a dimensão existencial do ser humano, sobre os problemas sociais, a pregação e o serviço ao Evangelho. Preparado para os grandes sermões, característica dos oradores de sua geração, usa de temas transversais, sendo um narrador da esperança.

Nomeado para Santo André, Dom Jorge é um dos protagonistas para o desenvolvimento regional. Com 38 anos de idade, desponta como liderança para a expansão da igreja nas cidades e para um trabalho de integração e articulação política local. O ABC estava passando para a transformação de uma sociedade de características rurais controlada por famílias para uma realidade de crescente industrialização, das pequenas indústrias para as grandes indústrias automobilísticas da era desenvolvimentista de Juscelino Kubistchek, tornando uma região populosa devido ao êxodo rural. O bispo, nos primeiros anos da diocese, encontra essa realidade problemática tanto para a instituição religiosa quanto para as instituições civis. Toma a firme decisão de exercer positivamente sua autoridade, despontando um trabalho eclesial de vanguarda.

A ação da Igreja de Santo André, representada na figura do bispo, demonstra o estabelecimento de um novo relacionamento entre

catolicismo e sociedade, possibilitando uma nova concepção de diálogo e uma nova relação da instituição eclesial com o mundo. Podemos afirmar que esse novo posicionamento define a identidade da Igreja em formação. A nova diocese, mesmo com toda a influência dos grupos mais conservadores, começa a despontar o que tardiamente se chamarão “igreja de base”, aproximando a reflexão teológica das teorias sociais, estabelecendo novos referenciais para sua atividade pastoral e presença na sociedade civil. (SOBRINHO, 2015, p. 26).

Esse trabalho acontece com a participação ativa do bispo no movimento operário. As greves passam a contar com sua participação e a de assistentes eclesiais. A juventude operária passa a ser protagonista dos rumos da Ação Católica. A promoção humana mobiliza setores da sociedade para os graves problemas de desigualdade social da região. Porém, a mentalidade do bispo vai além da política de desenvolvimento e de práticas assistencialistas, ele começa um trabalho para alicerçar uma igreja num espírito de renovação anterior ao Concílio Vaticano II.

Sua pastoral de vanguarda repensava o papel da Igreja Católica na sociedade além da fomentação de um discurso espiritual para uma ação sociotransformadora. Obviamente, a figura renovada do bispo causa proximidade e confronto. Proximidade dos mais pobres, da juventude, da crescente massa trabalhadora. Confronto com membros da classe política quando a temática era o direito do trabalho digno, a defesa do salário e a necessidade de uma crescente legislação trabalhista (MARTINS, 1994, p. 69). Dom Jorge Marcos, ao mesmo tempo que provocava diálogo, incomodava aqueles que não compreendiam a vastidão da sua reflexão intelectual a respeito de temas teológicos e sociais. Era impregnado das

ideias renovadoras da produção francesa na Teologia e nas Humanidades e colocava em diálogo os saberes.

Seu trabalho junto aos operários deu à sua pessoa projeção nacional. Envolvido completamente nas questões sociais com base na Doutrina Social da Igreja, em 1958 conseguiu uma aliança entre o presidente da República, Juscelino Kubistchek, e o governador do Estado de São Paulo, Jânio Quadros, para defender os operários na falência de uma tecelagem em Santo André, germe para a elaboração e promulgação da Lei da Falência em 1960. Em 1960, ao receber o título de cidadão paulistano, o bispo defendeu a não filiação partidária para a liberdade de ação dos ministros ordenados para a defesa dos direitos humanos.

Nesse mesmo ano, prefeitos do ABC envolvem-se numa polêmica regional que ganhou vultuosidade. Enviando um telegrama à Nunciatura Apostólica solicitando a remoção do bispo da diocese, tiveram sua correspondência exposta gerando consternação de setores progressistas em defesa do trabalho do prelado. No tempo em que o Núncio era Dom Armando Lombardi, Dom Jorge Marcos teve ampla defesa de seus feitos: as manifestações de setores da sociedade e de membros da hierarquia acabavam refletindo a urgência da renovação das relações entre catolicismo e sociedade.

Com o Concílio Vaticano II, o ministério episcopal de Dom Jorge recebe apoio pelas linhas que a teologia e a pastoral conciliares propunham: uma Igreja que, enquanto mistério se renova sempre unida a Cristo, e

cumpre a sua missão superando a metodologia da condenação para promover em diálogo seu serviço à humanidade. O prelado que fazia do território de sua diocese um campo aberto para uma renovação eclesial possível, via com esperança a abertura da Igreja ao mundo.

Nos 21 anos de ministério episcopal em Santo André (1954-1975), a vida de Dom Jorge aconteceu entre o púlpito, as ruas e as lutas. Sua saúde foi se debilitando, principalmente diante do desgaste ocasionado pelo excesso de trabalho e também de perseguição. Era comum na imprensa nacional, as colunas que caluniavam o trabalho do bispo e dos grupos de padres que o apoiavam. As resistências tinham base na defesa dos “ideais” da cristandade ou pelos liberais de então. Dom Jorge costumava a usar da imprensa para seus direitos de resposta. Junto aos pobres, a presença marcante, caridosa e pastoral. Pessoalmente o cansaço de um idealista que perdia sua força física sem perder sua capacidade crítica e seus sonhos. Fazia parte do grupo da Igreja dos Pobres, onde outros bispos brasileiros, como Dom Hélder Câmara, diziam ao mundo o sofrimento do povo brasileiro e latino-americano.

Lutando pela liberdade, como homem livre, Dom Jorge renunciou ao serviço pastoral da Diocese de Santo André em 1975. Como emérito, continuou a exercer sua função de presidente do conselho da Associação Lar Menino Jesus que fundara no início de seu trabalho na região. Sem a necessidade de exercer as funções administrativas que lhe desgastaram, continuou a lutar pelos trabalhadores e pobres. Mesmo de mentalidade diferente de seu sucessor no bispado, Dom Cláudio Hummes, tornou-se seu

colaborador, principalmente nos difíceis anos das greves gerais de 1978 a 1980. Escreveu ao General João Figueiredo, último presidente da ditadura militar, na defesa dos trabalhadores da greve de 1980 uma carta que revela seu compromisso com um Brasil igualitário.

Gravíssimos problemas internos e do exterior foram entregues a V. Excia. com o Mandato Presidencial! Eu os avalio e me preocupo com todos os seus súditos! É por isso que não consigo manter meu silêncio e peço a V. Excia. que num gesto de alta visão do futuro de nossa terra e de nossa gente, arranque o Brasil dos caminhos já percorridos por tantos países ensanguentados, como ocorreu ultimamente à nossa irmã, a nação nicaraguense! Exmo. Sr. Presidente, a paz periclitante do Brasil está em suas mãos, uma palavra, uma ordem sua e o Direito será repostado em seu lugar e paz, distante do Brasil há tantos anos, voltará a reinar entre nós. Resolva, pelo amor ao Brasil, a complexa crise brasileira, começando pela solução favorável dos problemas criados no ABC, problemas que são triste miniatura dos que afligem o Brasil. (OLIVEIRA, 1980, p. 03).

Na busca de uma síntese de sua vida, Dom Jorge registra em texto a sua preocupação em esclarecer que sua atuação junto ao movimento operário e como bispo católico visava dar um testemunho coerente do Evangelho de Cristo e da responsabilidade social que as instituições possuem para a defesa da liberdade:

Devo ter errado demais nesses longos anos, levado pelo desejo de ajudar meus irmãos, companheiros de caminhada, de esperanças sofridas, de contínuo retorno ao início da mesma luta para os mesmos ideais. Mas uma característica foi permanente em mim, na minha vida interior, no meu lidar de cada dia: amei sempre, intensamente, a multidão, o povo, o ser humano... Sofri com ele e por ele. Enganei-me e fui enganado. Acreditei com facilidade e deixei-me levar pelos arroubos de servir. Mas amei intensamente, incansavelmente. Bastava ter um título: ser humano. Pobre ou rico. Sadio ou doente. Sofredor ou feliz. Triste, desanimado, traído,

abandonado, pecador, criminoso... Explorador, injusto, perseguidor, torturador de altos escalões... Fossem humanos eu os amava para ajudar ao menos rezando para se converterem, transformarem-se, serem felizes e para que participassem do grande grupo, que com o Cristo quer a salvação de todos. (OLIVEIRA, 1988, fl. 1).

Faleceu em 28 de maio de 1989, aos 73 anos de idade, após servir por seis anos a periferia da cidade de Mauá na Capela de São José e dois hospitais públicos na localidade como capelão. Perseguido e reconhecido, tornou-se personagem fundamental para compreender o desenvolvimento do catolicismo brasileiro, principalmente no período da ditadura militar na busca pela liberdade e na defesa dos Direitos Humanos.

A luta pela liberdade

O golpe civil-militar de 1964 no Brasil é fruto da política da Guerra Fria e da resistência das elites da sociedade brasileira às reformas estruturais necessárias para o desenvolvimento do país, tendo como base os direitos sociais à terra, teto, trabalho e educação. Sob a pressão dos Estados Unidos da América desde o final da Segunda Guerra Mundial, mesmo com a promulgação da constituição de 1946, o Brasil sofre um golpe de Estado com um falso discurso de defesa da democracia e das instituições da República no fatídico 31 de março. Serão 21 anos de repressão e resistência, onde setores da Igreja Católica lutarão incansavelmente pela liberdade.

Sendo o ABC Paulista o maior polo industrial da América Latina à época, as lutas pelos direitos fundamentais são anteriores à implantação da

ditadura. A atuação social da instituição religiosa católica capitaneada por Dom Jorge Marcos também. Porém, a propaganda contrária ao Movimento de Reformas de Base, como contraposição ao governo João Goulart, alcançou apoio de setores conservadores do catolicismo, fortalecidos pela Tradição, Família e Propriedade fundada por Plínio Correia de Oliveira e apoiados pelos bispos católicos Dom Antônio de Castro Mayer e Dom Geraldo de Proença Sigaud. O golpe foi amparado pelas Marchas da Família com Deus pela liberdade e as campanhas do Rosário em Família, promovidas para libertar o país da ameaça do “comunismo”. Tendo o discurso anticomunista muito presente nas mentalidades do povo “religioso” do país e do forte apelo de membros da hierarquia sob o efeito do magistério eclesiástico anterior às definições do Vaticano II, a ideia de uma “Revolução” redentora promovida pelas Forças Armadas manteria no país a estabilidade da democracia e das instituições republicanas.

Dom Jorge Marcos, mesmo sendo signatário do Manifesto do Episcopado Paulista após o golpe, desde antes do início do regime ditatorial, foi um defensor das reformas estruturais da nação. Recebia em sua residência em Santo André lideranças políticas e sindicais e o próprio presidente João Goulart em dezembro de 1961. Com o golpe, começa a manifestar-se sobre os direitos sociais e a defesa da democracia, escrevendo em 1965 uma carta ao presidente Castello Branco defendendo a convocação de eleições presidenciais.

Com a crescente perseguição à grupos e lideranças religiosas, Dom Jorge manifesta -se publicamente na defesa de Frei Chico, frade dominicano

perseguido e preso. A partir a ditadura passa a ter o bispo como inimigo do governo, mas ele não renuncia sua posição de defesa à democracia e dos direitos humanos. Apoiava os movimentos que defendem os movimentos operário e estudantil. Em algumas paróquias da diocese, padres e leigos, comprometidos com as organizações sociais são acusados de subversão e perseguidos. Em 1970, a prisão do Pe. Emílio Rubens Chasseraux explicita a perseguição que sofre a Igreja Católica no ABC.

Diante desse fato, queremos levar ao conhecimento do clero e fiéis de nossa diocese o nosso protesto: contra a prisão de um de nossos sacerdotes, sem a mínima comunicação e consideração para com a autoridade eclesiástica da diocese; contra a prisão em seu domicílio, tendo sua casa e sacristia invadidas e vasculhadas; e porque, para prendê-lo, não foi apresentada nenhuma prova de culpa, mas apenas o pretexto de interrogatórios. Lamentamos que nem ao menos se torna respeitado o que universalmente é aceito na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Para que não se repitam esses lamentáveis acontecimentos é que os levamos ao conhecimento dos fiéis e tomamos essa atitude de protesto. Rezemos todos para que haja uma sociedade onde reine a justiça, a paz e o amor. (OLIVEIRA, 1970, p. 02).

Não bastando a perseguição por parte do governo ditatorial militar, lideranças conservadoras da sociedade atacam sistematicamente os bispos brasileiros que defendem os direitos humanos. Nesse sentido, o bispo de Santo André foi um dos primeiros a ser notadamente atacados. No interior da instituição religiosa, ele mesmo declara que sofreu com o repúdio de bispos durante uma assembleia da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que, naquela altura, estava bem dividida quanto a posição a ser tomada diante do regime.

Mesmo com o Concílio Vaticano II, as encíclicas sociais de João XXIII e a *Populorum Progressio* de Paulo VI, a articulação da Igreja Católica na resistência à ditadura não é maciça. Temos no país uma consciência maior das atrocidades cometidas pelo governo a partir de 1968, porém isso revela uma cisão no episcopado nacional na forma de como resistir e lutar pela liberdade. Isso revela uma resistência às reformas que a Igreja começa a empregar a partir do evento conciliar, à Teologia latino-americana que emergia nas faculdades teológicas do continente, e às renovações gradativas a partir do Documento de Medellín, fruto da Conferência do Episcopado Latino-Americano acontecida na Colômbia em 1968 e firma a opção pelos pobres.

Na luta pela liberdade de Dom Jorge Marcos, vemos emergir gradativamente um novo modelo de ministério episcopal, onde a autoridade carismática do líder garante uma nova organização do grupo do qual ele é membro. Uma igreja renovada, misericordiosa e inclusiva acontece na medida que um processo de renovação eclesial acontece teológica e pastoralmente. No caso das relações entre catolicismo e sociedade numa ditadura, a postura de um bispo-profeta recupera a identidade do cristianismo dos primeiros séculos que, durante a grande perseguição do Império Romano, não teve medo de enfrentar a morte e a prisão, assumindo a postura do Evangelho de Jesus Cristo “para que todos tenham vida”. (Jo 10,10).

Uma conclusão atual

Em tempos que as fontes históricas são banalizadas e o revisionismo irresponsável passa a desconstruir as lutas do povo, é muito importante resistir produzindo conteúdo. Promovendo a vida acadêmica, mesmo diante do cansaço extenuante, resistimos como promotores da liberdade e da esperança.

Estamos vivendo nos últimos anos uma escalada de governos de extrema direita no mundo. Desde 2016, o Brasil vem sofrendo ataques à sua democracia, e o governo de Jair Messias Bolsonaro trabalhou incansavelmente pelo desmonte das instituições democráticas, atacando diretamente às ciências, o ensino, a pesquisa e a extensão.

Lideranças da nossa sociedade resistiram à ataques de todas as formas e sofremos com a divisão escancarada da nossa sociedade. Isso não é fruto dos últimos tempos, é sinal de que ainda não superamos as desigualdades e estruturas de injustiças do Brasil desde o período colonial. A História, mestra da vida, ajuda com o nosso passado a iluminar o presente e lançar bases para um futuro mais inclusivo. Ao estudar a pessoa e o ministério de Dom Jorge Marcos de Oliveira, primeiro bispo da região do ABC Paulista, situamo-nos entre o passado e o futuro: não são somente notas biográficas, é aprender a refletir com essas fontes o processo histórico onde um membro da hierarquia eclesiástica católica exerce sua autoridade de forma diferenciada para fazer nascer uma igreja mais livre das amarras do fundamentalismo religioso e a serviço de todos.

O catolicismo sofre ainda hoje com os desdobramentos da cristandade, cuja aliança com o poder temporal deturpou, sob muitos aspectos a produção teológica e a ação pastoral. Os fundamentalistas de hoje, numa leitura anacrônica de fontes, justificam o horror da guerra santa e o uso das armas, contribuem para que as elites oprimam cada vez mais os pobres e as minorias da população justificando estruturas sociais injustas. De modo orquestrado, em nome de Deus, usam do discurso religioso para manter a maioria da população alienada e desmobilizada em busca de seus direitos.

Na luta de Dom Jorge havia em mente um novo catolicismo e uma nova sociedade, alicerçados na promoção da ciência teológica e nas conquistas benéficas da sociedade com a ciência e a tecnologia. Pesava, entretanto, a força massacrante do liberalismo que se desenvolvia às custas de desigualdades no mundo do trabalho, da educação e da cultura. Fazendo parte de uma elite eclesiástica e, primeiro responsável num governo de uma diocese, o bispo escolheu o caminho mais difícil e mais coerente: o de não se abster de sua responsabilidade humana em vista de um mundo melhor.

No período tenebroso da ditadura de 1964 no país, cujas análises tentaram ser sufocadas pelo governo federal que agora finda, a liderança do bispo em defesa dos movimentos operário e estudantil faz com que ele sofra as consequências de sua lucidez, mas não perca o sentido da autêntica liberdade cristã. Como padre conciliar do Vaticano II, Jorge Marcos não temeu de ser um prelado comprometido com o seu povo, sua Igreja e seu país.

Tendo em vista que a História da Igreja é Teologia e que quando a História Social nos ajuda a compreender o processo das instituições, a figura e a ação de Dom Jorge supera em muito as ações que líderes religiosos atuais têm medo de exercer no Brasil e no mundo hoje. Embora o Papa Francisco tenha insistido na reforma da Igreja, tanto nas estruturas como na formação das mentalidades, a figuras proeminentes de Dom Jorge e outras lideranças eclesiais são numericamente menores diante do conjunto do episcopado. Revisitar as fontes podem ajudar na formação de novos protagonistas.

Referências bibliográficas

ACSA. (Arquivo da Cúria Diocesana de Santo André-SP). *Carta para a formação da Comissão Pró-Bispado de Santo André*. 08 de julho de 1953.

MARTINS, H. H. T. de Souza. *Igreja e Movimento Operário no ABC. 1954-1975*. São Caetano do Sul: Hucitec, 1994.

OLIVEIRA, J.M. *Carta sobre a prisão do Pe. Emílio Rubens Chasseraux*. Arquivo da Cúria Diocesana de Santo André, 1970.

_____. *Carta ao Presidente da República João Baptista de Oliveira Figueiredo*. Arquivo da Cúria Diocesana de Santo André, maio de 1980.

_____. *Entrevista a Heloísa Matins e Marita Bargas*. Santo André, 1984. (Arquivo da Associação Lar Menino Jesus).

_____. *Manuscrito*. Arquivo da Associação Lar Menino Jesus, 1988.

SOBRINHO. F.C.D. *Entre fé e liberdade: Catolicismo, operariado e ditadura militar no ABC Paulista*. Dissertação de Mestrado em Teologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

SOUZA, Ney. *Os caminhos do Padroado na evangelização do Brasil* in Revista Eclesiástica Brasileira (247). Petrópolis: 2002, p. 683-694.